



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada A questão da identidade profissional do Assistente Social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho.

## A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E A DETERMINAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

MARINA MACIEL ABREU<sup>1</sup>  
JOSEFA BATISTA LOPES<sup>2</sup>

*"Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência".*  
Marx e Engels

**Resumo:** Aborda-se a questão da identidade profissional do assistente social no Brasil nas transformações contemporâneas, considera a determinação do mercado de trabalho e, como elementos constitutivos, a cultura e a consciência profissional.. Desdobra-se em dois aspectos: a constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho; e, a identidade profissional na tensão entre a *cultura profissional da assistência e do direito e a constituição da cultura profissional crítica orientada pela necessidade* histórica da emancipação humana. Conclui-se com os desafios atuais frente às metamorfoses do mercado de trabalho centrado na assistência e o avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Identidade Profissional, Mercado de Trabalho, Cultura, Consciência.

### THE ISSUE OF THE PROFESSIONAL IDENTITY OF THE SOCIAL WORKER: HISTORICAL CONSTITUTION AND DETERMINATION OF THE LABOR MARKET

*"Life is not determined by consciousness, but consciousness by life".*  
Marx and Engels

**Abstract:** It's addressed the question of the professional identity of the social worker in Brazil in the contemporary transformations, considering the determination of the labor market and, as constitutive elements, the culture and the professional conscience. It unfolds in two aspects: the historical constitution and the determination of the labor market; and professional identity in the tension between the professional culture of assistance and law and the constitution of critical professional culture guided by the historical need of human emancipation. It concludes with the current challenges facing the metamorphoses of the labor market centered on the assistance and the advancement of conservatism in society and in the profession.

**Keywords:** Social Work, Professional Identity, Labor Market, Culture, Consciousness.

## 1. INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão.

Este texto retoma uma parte da pesquisa “Tendências da Inserção dos Assistentes Sociais no Mercado de Trabalho e a Questão da Identidade Profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2010”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social – GSERMS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Refere-se ao eixo da pesquisa relativo à questão da identidade profissional dos assistentes sociais, considerando a determinação do mercado de trabalho e, como elementos constitutivos, a cultura e a consciência profissional. Compreendemos que as atividades práticas que esses profissionais são chamados a exercer no mercado de trabalho determinam, em última instância, a identidade profissional dos assistentes sociais, tal como ocorre com todas as profissões, tendo presente, porém, que essa determinação é complexa, não é mecânica. Primeiro, porque há uma relação orgânica entre as diferentes dimensões que constituem as profissões, destacadamente, entre a dimensão interventiva e a dimensão da formação profissional; e a estas se vinculam as dimensões da produção do conhecimento e a da organização política profissional. Assim como, o próprio mercado de trabalho está sujeito a múltiplas determinações históricas, e nele, os profissionais podem interferir, como trabalhadores, sobretudo, se organizados politicamente, o que, como veremos mais adiante, os assistentes sociais vêm fazendo através de suas instituições de organização profissional e política.

O debate em torno da questão da identidade do Serviço Social se situa no âmbito da discussão sobre a *natureza* da profissão. Trata-se de um tema atual no Brasil, seja em nível teórico, seja no referente à intervenção profissional. No nível teórico destacamos nesse debate, os livros “Serviço Social, Identidade e Alienação” de Maria Lúcia Martinelli (1991); “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, particularmente o capítulo 2: “A estrutura sincrética do Serviço Social” de José Paulo Netto (1996, p.81); “A Natureza do Serviço Social” de Carlos Montaño (2007); “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”, organizado e publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2009); e a publicação sobre as “Atribuições

Privativas do/a Assistente Social em Questão”<sup>3</sup>, feita pelo CFESS (2012). Essa última publicação que, aliás, expressa o esforço do CFESS em relação à organização política dos assistentes sociais, mas, sobretudo, ao controle da profissão, com a delimitação do *campo específico*, “*privativo*”, dos assistentes sociais no referente à prática interventiva profissional.

É, portanto, na dimensão da prática interventiva profissional, fundamentalmente, onde a questão da identidade se manifesta com a força da concretude dessa prática. Destacamos, nesse sentido, as recorrentes solicitações de cancelamento da inscrição de profissionais no CRESS/MA, justificadas por questões relativas à identidade profissional. Essas questões são referidas à inserção desses profissionais e às atividades práticas para as quais são demandados no âmbito do mercado de trabalho; um mercado amplamente reconfigurado sob a ideologia neoliberal, consolidada no Brasil na década de 1990 do século XX, no movimento de sua expansão na América Latina<sup>4</sup>, com profundo impacto sobre os tradicionais espaços de atuação dos assistentes sociais<sup>5</sup>, mediante o qual a intervenção profissional é reestruturada no âmbito das políticas sociais que, em grande medida, são colocadas no mercado, como mercadoria. As questões da justificativa das solicitações de cancelamento da inscrição de profissionais no CRESS/MA são traduzidas *no não enquadramento* de certas requisições e demandas profissionais no conjunto das competências e atribuições definidas na lei que regulamenta a profissão (BRASIL, 1993) e, em consequência, *no não auto-reconhecimento* em diversas atividades desempenhadas no mercado de trabalho como constitutivas da prática dos (as) assistentes sociais. É um fato que tem gerado inquietações na categoria profissional e nas instituições de sua organização política quanto à possibilidade de perda de espaços e retrocessos profissionais, embora tenha se verificado um aumento significativo de postos de trabalho

---

<sup>3</sup> Trata-se de obras com abordagem significativamente diferenciadas que recomendamos a leitura e análise, mas entendemos que não é o caso de fazê-lo nesse texto, ainda que constituam um importante acervo referencial na problematização e análise da questão.

<sup>4</sup> Segundo Boron (2004,p.7) Brasil, Argentina, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguaiy, Peru e Venezuela foram “reformadores tardios”, considerando que a adesão desses países ao neoliberalismo só ocorreu em uma terceira onda de adesões na América Latina.

<sup>5</sup> Ver indicações desses impactos no Maranhão na Monografia da Gisely Rodrigues Pereira. A Reforma do Estado no Maranhão: uma análise sobre os impactos no Serviço Social e na questão agrária (o caso da EMATER), apresentada e defendida no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão em 2004.

para esses profissionais no Maranhão nas três últimas décadas<sup>6</sup>. A atenção dedicada pelo CFESS às atribuições privativas do/a Assistente Social e às competências profissionais indica que não se trata de uma manifestação restrita ao Maranhão, através do CRES/MA, mas há uma situação que é nacional. Reporta-se, então, de uma resposta nacional a uma questão que é nacional<sup>7</sup> da qual o mercado é um fator determinante na divisão sócio-técnica e política do trabalho.

É importante demarcar que o debate sobre a questão da identidade não é exclusivo do Serviço Social e nesse sentido é necessário ter presente o debate mais amplo em torno da questão nas Ciências Humanas e Sociais, com a clareza da especificidade da problematização: no Serviço Social a questão da identidade toma a profissão como objeto; pode-se considerar, portanto, uma particularidade na abordagem das Ciências Humanas e Sociais na problematização dessa questão, referindo-se a processos sociais da dinâmica da sociedade objeto da análise. Nesse campo do conhecimento ressaltam-se a vertente da psicologia e o debate que ganhou grande destaque na contemporaneidade no âmbito do movimento multiculturalista, étnico e racial, desenvolvido, fundamentalmente, pela antropologia, mas também em outras disciplinas, em particular nos estudos sobre cultura.

Assim, nossa abordagem neste texto se referencia na concepção da identidade como categoria histórica tendo clara a contraposição a outras concepções sobre a categoria nas Ciências Humanas e Sociais e polêmicas existentes. O núcleo central do texto, no entanto, é a análise da questão da identidade profissional do assistente social no Brasil e sua manifestação no Maranhão, apontando as perspectivas no âmbito das transformações contemporâneas da sociedade brasileira, pensada sob dois aspectos: a

---

<sup>6</sup> Estudo realizado em 1981 indica que naquele ano existiam 76 instituições empregadoras de assistentes sociais em todo o Maranhão, com 335 assistentes sociais; e em 2008 esses números atingem 381 instituições e 640 assistentes sociais (ABREU; LOPES, SANTANA, CERQUEIRA et al, 2008).

<sup>7</sup> Ver as “Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão”, brochura publicada pelo CFESS, em 2002, sintetizando e buscando responder um debate “iniciado em 1998 e intensificado nos Encontros Nacionais CFESS/CRESS de 2000 e 2001, e sua divulgação teve o propósito de promover novos debates, num claro posicionamento de avançar na sistematização do que havia sido discutido, propondo-se aprofundamento” (CFESS, 2012, p. 7). Em 2012 a brochura foi publicada como “1ª Edição Ampliada”, contendo a recuperação de “alguns dos conteúdos mais significativos” dos debates realizados em eventos ou publicações do Conjunto CFESS-CRES, e “demonstrando-se a permanência dos temas relativos às competências e às atribuições profissionais”. Manteve, no entanto, a íntegra do texto de Marilda Yamamoto, “considerando-se a atualidade do debate sobre e sua relevância em um contexto de redefinições das políticas sociais e do Serviço Social” (CFESS, 2012, p. 7)

constituição histórica da identidade do Serviço Social na qual é ressaltada a determinação do mercado de trabalho em sua formação no Brasil; e a identidade do Serviço Social no Brasil atual, configurada em uma tensão entre a *cultura da assistência* e a *cultura do direito*, (profundamente ameaçada pelo avanço da cultura do conservadorismo reacionário que destrói direitos, historicamente conquistados) e a construção da cultura profissional crítica orientada pela necessidade histórica da emancipação humana colocada desde a chamada virada do Serviço Social, em 1979.

## **2- CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E A DETERMINAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Na análise da questão partimos da compreensão de que a identidade profissional dos (as) assistentes sociais inicia sua constituição com a estruturação do Serviço Social como profissão em condições histórico-sociais que são formadas por um “conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais” (NETTO, 1992, p.65)<sup>8</sup> que determinaram sua emergência. No Brasil em particular, a constituição da identidade profissional dos (as) assistentes sociais tem início a partir da criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932, “considerado como manifestação original” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 172) da profissão no país, vinculado à assistência social. E avança com a criação da primeira Escola de Serviço Social, fundada em 1936, em São Paulo, em uma afirmação da escola como instituição de mediação fundamental na formação da cultura, da consciência e da identidade dessa profissão, como ocorre em relação à formação específica de todas as demais profissões. Ainda que seja na prática concreta do exercício profissional que a identidade se constitui efetivamente, a formação profissional constitui-se uma necessidade da atividade prática do

---

<sup>8</sup>Netto (1992, p.65) faz uma análise da complexidade desse movimento que deve ser sempre revisitado pelos estudos históricos do Serviço Social, destacando que sem considerar o conjunto de processos que a determinam “a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear”. Não é o caso, entretanto, de nos atermos nesse texto à análise da emergência profissional do Serviço Social, base histórica da constituição da identidade profissional dos assistentes sociais; fazemos apenas uma referência necessária e indispensável à abordagem histórica da análise crítica da questão da identidade profissional dos assistentes sociais no contexto do mercado de trabalho do Serviço Social na contemporaneidade.

Serviço Social como profissão, em face da necessidade de formação de seus intelectuais e dirigentes. Daí que a *Escola ou Centro de Formação* assume uma função mediadora essencial nesse processo. Segundo Gramsci (2000a, p.32):

Pode-se observar, em geral, que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado que ensinam nessas escolas.

Entendemos que, como questão, a identidade do Serviço Social se constitui com a problematização de sua *natureza* posta a partir de uma discussão que, segundo Netto (1992, p.81), “é praticamente contemporânea à sua própria institucionalização como profissão.”<sup>9</sup> Mas na América Latina, no entanto, só se constitui como tal no marco histórico do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, deflagrado em 1965<sup>10</sup>. A questão é expressa a partir da problematização e da proposta de superação do pragmatismo que caracterizou o Serviço Social tradicional, como apontou esse movimento, sobretudo, nos seus primeiros momentos de organização e difusão no continente<sup>11</sup> e o avanço dos processos concretos que alicerçaram a estratégia para essa superação: a formação acadêmica em nível de pós-graduação, a pesquisa, a produção de conhecimento e a organização política. Na formulação da questão temos presentes as manifestações de expressivos intelectuais que apontaram para uma tendência de configurar a natureza do Serviço Social, construindo um estatuto científico para a profissão na América Latina; e, nessa perspectiva, situa-se esforço da modernização conservadora

---

<sup>9</sup> Para Netto (1992, p.80) uma análise “das fontes de elaboração que, ao longo de mais de meio século, procuraram oferecer ao Serviço Social um tônus particular enquanto sistema de ideias e de práticas revela a constante e contínua preocupação em repostar as reservas e críticas que, desde os seus primeiros intentos autônomos, tinham por objetivo desqualificá-lo de alguma maneira – seja por interditi-lo como profissão, seja por cancelar as suas pretensões ‘científicas’.”

<sup>10</sup> O *I Seminário de Serviço Social Face às Mudanças Sociais na América Latina*, realizado em maio de 1965 (CORNELLY, 2004, p. 53), é a referência do momento dessa deflagração.

<sup>11</sup> Destacamos aqui os dois primeiros momentos: “o primeiro momento vai da deflagração do movimento, em 1965, à criação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social – CELATS, em 1974, a partir do Instituto de Solidaridad Internacional-ISI. [...] O segundo momento se constitui em um movimento que abarca: a) consolidação do projeto e atuação deste organismo, enquanto instituição acadêmica e de organização política crítica dos (as) assistentes sociais no continente; b) o avanço da organização política desses profissionais no continente”. (LOPES, 2016).

do Serviço Social no Brasil, como pode ser visto nos documentos históricos e clássicos que se convencionou chamar Araxá e Teresópolis<sup>12</sup>. Nessas manifestações, a identificação do seu objeto e da especificidade do Serviço Social ganhou relevância, particularmente no âmbito da formação acadêmica de pós-graduação, como expressa o estudo realizado por Lopes (1980).

Essa tendência em relação à construção de um estatuto científico para o Serviço Social e à questão da identificação de um objeto que assegurasse esse estatuto com o qual o Serviço Social se situaria no campo das ciências sociais foi superada na América Latina com o avanço da penetração e apropriação do marxismo como uma tendência na profissão, a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social; e no Brasil como tendência hegemônica na profissão, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o chamado “Congresso da *Virada*”, realizado em 1979, marco histórico na formação de uma nova cultura profissional dos assistentes sociais nesse país e para a construção de um novo Projeto Ético Político da Profissão. Uma cultura que tem centralidade na “necessidade de, na contradição de sua atuação na mediação da relação entre as classes em confronto nas relações do capitalismo, vincular-se aos interesses das classes dominadas e exploradas, em efetivo compromisso com a *necessidade histórica* de emancipação dessas classes”<sup>13</sup> (LOPES, s/n, p.5). Impõe-se a partir daí a perspectiva dos direitos das classes trabalhadoras como classe e não como pobre, ainda que pobre, como é a tendência da concepção assistencialista, avançando, assim na compreensão e análise crítica da questão social, fortemente acirrada nas sociedades latino-americanas na contemporaneidade. Em outro trabalho (ABREU, LOPES, 2007), ressaltamos que “tem crescido entre os profissionais, a partir da Lei Orgânica da Assistência – LOAS e agora do Sistema Único da

---

<sup>12</sup> Os Encontros de Araxá e Teresópolis receberam a denominação das cidades onde foram realizados. O Documento de Araxá (CBCISS, Nº 4, ano III, 1967), reúne as ideias e conclusões construídas no Encontro realizado em 1967, na cidade de Araxá, Minas Gerais; o Documento de Teresópolis resultante do Encontro realizado em 1970, na cidade de Teresópolis. Nesse documento, segundo Netto (1991, p.178) “o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas, sobretudo como *pauta interventiva*. Há mais que continuidade entre os dois documentos: no de Teresópolis, o “moderno” se revela como consequente *instrumentação* da programática (desenvolvimentista) que o texto de 1967 avançava”

<sup>13</sup> Ressalto aqui a apreensão do significado de “necessidade histórica” em Marx, segundo o qual, como diz Mészáros, (2008, p. 153) não se trata de “algum ‘destino’, previsto desde tempos imemoriais, mas o *telos objetivo*’ do evoluir do processo histórico, que produz, ele próprio, tais possibilidades de auto-emancipação humana em relação à tirania da base material”.

Assistência Social - SUAS a perspectiva da luta pela assistência como direito, cuja centralidade pode obstruir a perspectiva da luta fundamental na sociedade capitalista, que é o direito o trabalho.” Nesse sentido, apontamos como referência necessária para uma investigação, que consideramos importante, a crítica de Marx (1989, 260), ao analisar as metamorfoses da Constituição francesa resultante do processo constituinte

No primeiro projeto de Constituição, redigido antes dos dias de junho figurava ainda o *'droit au travail'* [*'direito ao trabalho'*], primeira fórmula acanhada em que se resumem as reivindicações revolucionárias do proletariado. Foi metamorfoseado no *droit a l'assistance*, no direito à assistência pública. Mas qual Estado moderno não alimenta, de um modo ou de outros os seus pobres? O direito ao trabalho é, no sentido burguês, um desejo mísero, piedoso, mas por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, a apropriação sobre os meios de produção, sua subordinação à classe operária associada, portanto a superação do trabalho assalariado, do capital e de suas correlações.

São movimentos que representam grandes e expressivos avanços no Serviço Social como profissão e também área de conhecimento. Mas o pragmatismo, porque se impõe à profissão por sua dimensão *interventiva*<sup>14</sup>, no confronto cotidiano com as demandas imediatas colocadas ao exercício profissional no mercado de trabalho, não pôde morrer no Serviço Social; mesmo com o avanço do processo de construção e consolidação da alternativa crítica, sob a orientação do marxismo na América Latina e como tendência hegemônica no Serviço Social brasileiro<sup>15</sup>. E não morreu, precisamente, porque é constitutivo da sociedade burguesa e, como dizem Marx e Engels (2007, p.94) “*Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*”<sup>16</sup>.

Assim, se a formação acadêmica-profissional é uma mediação fundamental na formação da cultura, da consciência e da identidade dessa

---

<sup>14</sup> A intervenção profissional articula e determina as demais dimensões – formação acadêmica-profissional, produção de conhecimento e organização política - em que pese a especificidade e a autonomia, que é relativa de cada uma delas. (ABREU; LOPES; CARDOSO, 2014, p. 196)

<sup>15</sup> Daí que até hoje a questão da relação teoria e prática é, frequentemente, colocada como problema enfrentado pelos assistentes sociais no exercício profissional, expressa pela conhecida máxima: “A teoria na prática é outra coisa” (CRESS – RJ, 2013, p.7).

<sup>16</sup> Grifo nosso

profissão, o mercado de trabalho dos profissionais de Serviço Social é o determinante, em última instância, nessa formação. Ele expressa necessidades sociais, interesses e condições de trabalho, historicamente determinadas, das instituições empregadoras que orientam o exercício profissional dos assistentes sociais como seus funcionários, sejam essas instituições privadas, do Estado, de natureza mista, ou as chamadas ONGs. É assim desde as protoformas que deram origem à profissão, marcadamente feminina, e que se consolidaram nas demandas assistenciais de caráter assistencialista; demandas essas que foram abarcadas pelas políticas sociais, em um movimento de aproximação e conquista de espaços profissionais pelos assistentes sociais, redimensionados no âmbito do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e deram um novo corolário à identidade desses profissionais no continente.

A partir da criação do CELATS, em 1974, as Políticas Sociais<sup>17</sup> constituíram-se um eixo temático sobre o qual a prática do Serviço Social na América Latina foi orientada na direção da ruptura com as práticas assistencialistas que caracterizaram e deram feição, identidade, aos assistentes sociais como profissionais do Serviço Social tradicional; e para a conquista das políticas sociais como espaço de atuação profissional e produção de conhecimento que, ainda que abarcando a assistência social, garantiram a reconstituição da referência concreta de identidade profissional em um processo no qual, no âmbito do novo Projeto Ético Político, construído a partir do chamado “Congresso da *Virada*”, antes referido, a assistência passou a ser pensada no Serviço Social, como direito. E nesse movimento o Serviço Social no Brasil assumiu um importante protagonismo com a formação de um significativo grupo de intelectuais, assistentes sociais, referências nos estudos e na produção de conhecimento sobre o eixo temático das políticas sociais,

---

<sup>17</sup> Destacamos a atuação do CELATS através de três de suas áreas: a) os Seminários Latino-americanos realizados pelo CELATS, tematizando Políticas Sociais e Serviço Social, a partir de 1977, tendo realizado um desses seminários no Brasil, em São Paulo, em 1980 (LIMA, 1980, p. 43); b) os Cursos de Capacitação Continuada realizados pelo CELATS nos vários países do continente, dos quais também no Brasil, em Salvador Bahia, em 1980, em articulação com a ABESS (atual ABEPSS), sob a coordenação das vice-presidentes norte e nordeste; c) as publicações, particularmente a Revista *Acción Crítica*. Cabe destacar ademais o protagonismo que teve nesses eventos o brasileiro Vicente Faleiros, o pioneiro dos estudos sobre Política Social com a publicação *Política Social e Estado Capitalista* (1980). Para indicações históricas sobre Política Social e Serviço Social no Brasil, ver Bering e Bosquetti (2008, p.13)

que é também referência nas demais dimensões da profissão: a formação profissional, a intervenção e a organização política.

Com a clareza, portanto, de que o mercado do trabalho, como expressão do desenvolvimento econômico em diferentes momentos históricos da sociedade, determina, em última instância, a identidade profissional, entendemos que este não é o único determinante e que também são determinantes: a formação e a organização política dos profissionais que podem, inclusive, exercer influência sobre o mercado de trabalho. Entendemos, assim que, se a economia condiciona e determina os processos históricos no campo da ideologia é também por esta influenciada, ou como diz Gramsci (2000b, p.20) “as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia”; ou seja, a ideologia incide na economia, ainda que esta seja determinante em última instância.

### **3 - A QUESTÃO DA IDENTIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA TENSÃO ENTRE A CULTURA DA ASSISTÊNCIA E CULTURA DO DIREITO E A NECESSIDADE HISTÓRICA DE EMANCIPAÇÃO DAS CLASSES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.**

A imbricação orgânica estrutura-superestrutura tornou-se mais complexa na atual fase do capitalismo de flexibilização das relações de produção e de trabalho, sob a hegemonia do capital financeiro e da ideologia neoliberal que alimenta a cultura do mercado; assim como reorientou a perspectiva do Estado em relação a direitos já conquistados e assegurados ao trabalhador em resposta a lutas históricas, que tende a reduzir tais direitos através da privatização das políticas sociais, sob o pretexto de que o mercado seja o regulador da vida social. Tais processos incidem na profissão em sua totalidade e forjam-se outras bases de constituição histórica da identidade profissional.

A construção da identidade profissional do assistente social tem como base material primeira, a condição de trabalhador assalariado inserido no mercado de trabalho, no âmbito da superestrutura, vinculado principalmente a instituições públicas e privadas implementadoras de políticas sociais e, nas últimas décadas do século passado, também como força de trabalho requisitada por “instituições de organização autônoma da classe trabalhadora”

(CARDOSO;LOPES,2009,p.462), para atender demandas que vão da prestação de serviços assistenciais às relacionadas à formação e organização política de segmentos dessa classe e à assessoria de suas lutas e resistências.

Seguindo esta linha de discussão, o mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais, com base na análise de Marx (1994) sobre a compra e venda da força de trabalho<sup>18</sup>, é aqui demarcado como o conjunto das relações de compra e venda da força de trabalho desses profissionais, submetido aos padrões da produção e do trabalho estabelecidos na sociedade. Materializa-se no âmbito dos serviços para responder às demandas contraditórias das classes sociais, postas pelas estratégias de “racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social” (...)(ABREU, 2002, p.17), objetivadas por meio de políticas sociais (...), principalmente as de cunho assistencial, e em menores proporções, via políticas de formação e gestão de recursos humanos nas instâncias da produção material, da circulação de mercadorias e da distribuição da riqueza; e às necessidades de formação e organização da classe trabalhadora na “luta e resistência tendo em vista sua reprodução plena e constituição autônoma como classe contraposta à ordem do capital.” (ABREU, 2002, p.17).

Nas condições concretas atuais da intervenção profissional no mercado de trabalho no país e na particularidade do Maranhão, reestruturado a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da complexificação da questão social em decorrência da voracidade da produção destrutiva sob o domínio do capital financeiro mundializado, o assistente social como os demais trabalhadores são afetados em sua materialidade e subjetividade, dadas as metamorfoses do trabalho, marcadas, sobretudo, pela superexploração da força trabalho, desemprego e subemprego, aprofundamento da precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora e de sua organização e resistência. Desta forma, a classe trabalhadora, pauperizada e enfraquecida “como força social e política” (OLIVEIRA,2003) vive hoje uma

---

<sup>18</sup> A força de trabalho ou capacidade de trabalho enquanto uma mercadoria especial constitui o “conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”, traduzindo-se como “uma mercadoria cujo valor de uso possui a propriedade peculiar, de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto” (MARX, 1994, p.187). O processo de consumo dessa mercadoria, força de trabalho, é “ao mesmo tempo o processo de produção de mercadoria e de valor excedente (a mais valia)” (MARX, 1994, p 196); e por isso, constitui condição essencial para a produção do capital.

profunda contradição entre “a necessidade histórica de sua organização como classe e a dependência de políticas assistenciais míseras (...)” (LOPES,2009), para sua reprodução e de sua família. Essa contradição afronta o assistente social duplamente como trabalhador, no mercado de trabalho e incide na construção da sua identidade: seja como um tipo de trabalhador assalariado subalternizado pelo lugar subalterno da profissão na divisão sócio-técnica e política do trabalho, em que se entrelaçam variáveis como profissão eminentemente feminina, baixa remuneração, não produtoras de valor troca; seja como intelectual profissional requisitado para intervir sobre as expressões dessa contradição em diferentes espaços de trabalho.

É nesse quadro complexo de tensões, que a intervenção do Serviço Social pela função pedagógica que exerce nas relações sociais, imbricada nas estratégias de controle social pela via da persuasão, inscreve-se nos processos de difusão ideológica formadores da cultura pelas classes sociais em disputa pela hegemonia e constrói, nessas mesmas mediações, coletivamente, a cultura, a consciência e identidade profissional. O Serviço Social como todas as práticas eminentemente educativas, em suas diferentes modalidades, contribuem para a formação de subjetividades e condutas individuais e coletivas, na luta de hegemonias políticas; na medida em que como ensina Gramsci (1999,p.399), “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente um relação pedagógica(...)”. Assim, as subjetividades e condutas individuais e coletivas, aqui consideradas como elementos nucleares da cultura e, notadamente, da cultura profissional, expressam nexos estabelecidos entre interesses econômicos, políticos e ideológicos mediante os quais, a ação profissional se inscreve de forma consciente ou não, no conjunto de esforços para o estabelecimento de um determinado conformismo social necessário ao equilíbrio de forças - unidade ideológica em todo o bloco social, sob a hegemonia de uma classe. Pode-se, entender que “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual a teoria e a prática finalmente se unificam” (GRAMSCI,1999,p.103), superando a dicotomia entre o pensar e o agir enquanto necessidade inerente à reprodução das desigualdades própria da sociedade de classes. Deste modo, a “unidade entre teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devir histórico.”

(GRAMSCI,1999,p.103). Entretanto, nem sempre os sujeitos, dentre eles também os profissionais de qualquer área, têm consciência da força política da qual fazem parte, e que contribuem para fortalecer, embora de fato, pela concepção de mundo pertençam sempre a um determinado grupo, “precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham de um mesmo de pensar e agir. São conformistas de algum conformismo, ou seja, homens-massa ou homens-coletivos.” (GRAMSCI,1999,p.94).

Sendo assim, em relação as concepções de mundo presentes no cotidiano da intervenção profissional, podemos falar do senso comum forjado pelo pragmatismo irmanado ao conservadorismo que impregna e molda rotinas burocráticas reiterativas e, assim, plasma a consciência ocasional e verbal dos profissionais, aproximada a dos homens-massa; como podemos admitir também a formação de um senso comum renovado pela força da concepção de mundo crítica e coerente, ou seja, pela influência de uma filosofia que se tornou senso comum de um ambiente (ainda que restrito de todos ou de uma parte dos intelectuais). Referimo-nos com base em Gramsci (1999) à influência da filosofia da práxis como orientação de uma nova cultura e que desde os anos 1970 tem incidência no Serviço Social brasileiro, mediante a qual, tornam-se coerentes os princípios e os problemas colocados pelos sujeitos envolvidos na dinâmica da intervenção, desde que articulados ao movimento ético-político e ideológico de constituição de um novo bloco cultural e social pela classe trabalhadora em seu conjunto. Essas modalidades de senso comum expressam-se nas contradições que forjam a identidade, a consciência e a cultura profissional. O assistente social como um trabalhador assalariado mergulhado no cotidiano da intervenção profissional vivencia uma multiplicidade de situações práticas mediante as quais se move entre diversos projetos culturais construídos pelas classes sociais, que só a consciência crítica, sob o ponto de vista da classe a que pertence, chancela a escolha de caminhos e alternativas na construção da própria identidade.

Com base nesses pressupostos abstraímos a partir de análises sobre a intervenção profissional no âmbito da pesquisa “Tendências da Inserção dos Assistentes Sociais no Mercado de Trabalho e a Questão da Identidade Profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2010”, elementos da questão da identidade

profissional do assistente social nas tensões que marcam a cultura profissional entre a cultura da assistência, do direito e a necessidade histórica da emancipação humana que traduzem formas de consciência profissional.

Partimos de que a cultura profissional da assistência forja-se desde as origens da profissão, enraizada na intervenção como dimensão primeira da constituição histórica da profissão na relação orgânica com a formação profissional, a estas dimensões se vinculam a produção do conhecimento e a da organização política profissional, em que a assistência social em suas diferentes formas de expressão (filantropia, caridade, direito), constitui o eixo principal da organicidade da profissão nas relações sociais (LOPES,1999). A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência institucionaliza-se como direito social, a ser garantido a “todos que dela necessitar” (BRASIL,CF/1988, in: CRESS/7ªRegião 2001) e como “dever do Estado e da sociedade.” (BRASIL,LOAS,1993, in: CRESS/7ªRegião 2001), ao mesmo tempo em que, sob tal demarcação, dissimuladamente, reatualiza-se e se fortalece o assistencialismo, pela mediação da sociedade civil; pela qual embora metamorfoseado em direito só pode ser assistencialismo, robustecido pela reiterada e disfarçada “filantropia estatal.”(OLIVEIRA,1998). Nessas contradições, a assistência é revigorada no tripé do tardio sistema da Seguridade Social brasileiro instaurado pela CF/1988, em detrimento da Previdência e a Saúde (com as quais forma este sistema), mediante alardeada implementação “de forma integrada às demais políticas visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia de mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL,LOAS,1993, in: CRESS/7ªRegião 2001). Amplia a demanda ao Serviço Social e se reafirma como principal espaço de intervenção do Serviço Social, na sociedade brasileira. No Maranhão essa tendência se amplia com a expansão do Serviço Social no interior do estado pela via da municipalização das políticas sociais, observando-se, agora essa concentração em instituições municipais numa lógica inversa ao que predominava até os anos 1980 em que a concentração era em instituições estaduais na capital, na área da saúde. Essa situação tende a avançar, dada à situação do estado na penúltima posição de menor IDH, cujo enfrentamento pelo Programa Mais IDH do atual Governo do estado, coloca a assistência como das prioridades

(DINIZ,2018). Além disso, o fetiche da assistência (MOTA,2006) e o superdimensionamento de sua função histórica, somados ao afã da primazia do assistente social na equipe de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), agregam novos elementos à ideologia da assistência e esta no cotidiano da intervenção profissional penetra a consciência dos assistentes sociais e dos alunos através do estágio, “em um processo que incide profundamente na cultura profissional, orientada, na prática, pela despolitização da questão da pobreza e da desigualdade” (LOPES,2009,p.25), interferindo em todas as dimensões da profissão. No que diz respeito à intervenção, são profundos seus desdobramentos: reatualizam-se práticas oriundas do solidarismo entre classes antagônicas, como a filantropia e o voluntarismo que revigoram velhas relações pedagógicas como as que consubstanciam a “ajuda psicossocial individualizada” e o “participacionismo”, marcas da identidade profissional tradicional e de sua expressão tecnicista mais rigorosa sob a égide da modernização conservadora dos anos 1960/1970 (primeiro momento do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil). Se antes, identificavam-se como os profissionais da “ajuda” e da “participação”, escudados na frieza da pseudoneutralidade metodológica, na prestação da “assistência educativa” articulada ao associativismo e ao comunitarismo; hoje, tais relações se revelam nos limites institucionais da intervenção, sobretudo pelo “possibilismo prático” e se revestem de outras roupagens assimiladas numa linguagem em que comparecem dentre outras: o “empoderamento” dos sujeitos que demandam a ação profissional, como articulação de forças visando à mobilização do poder desses sujeitos, fora de uma perspectiva classe, face à desresponsabilização do Estado no enfrentamento da questão social; a falada humanização dos relacionamentos entre profissionais e sujeitos que demandam a ação profissional como política é um contrassenso em relações humanas; as condicionalidades - novo nome da seletividade que implicam desde a redução de atendimentos à socialização dos custos dos serviços prestados; como também renovam a linha da psicologização em que se incluem as técnicas do chamado “serviço Social clínico” e outras expressões.

Em meio a essas contradições e a elas contrapostas, ganham força na sociedade e na profissão, o ideário da justiça social e da democracia

participativa, a partir da Constituição/1988, e seus desdobramentos legais-institucionais e jurídicos na garantia dos direitos conquistados, que fortalecem e ampliam a intervenção profissional no campo sócio-jurídico e também consubstanciam o discurso e práticas de defesa do direito e da cidadania, nas diferentes áreas de atuação. Esse arcabouço respalda o que aqui denominamos a cultura profissional do direito no Serviço Social, que confronta no cotidiano profissional particularmente, na intervenção, o projeto profissional tradicional reconfigurado, sob o impulso do avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão. Essa cultura expressa uma tendência derivada do processo histórico da profissão no país, que vem se consolidando nas últimas quatro décadas, em vinculação à luta dos trabalhadores por direitos e liberdades democráticas, marco histórico no movimento de construção do chamado Projeto Ético-Político Profissional (este projeto, embora eivado de polêmicas, ainda que tenha a assistência em seu núcleo central, vincula a profissão aos interesses da classe trabalhadora e à necessidade histórica de emancipação das classes, na especificidade da sociedade brasileira; embora centrando-se no âmbito do direito, que é a referência hegemônica na identidade dos (as) assistentes sociais no Brasil, crítico ao projeto profissional tradicional conservador, vinculado ao *status quo*, ainda que uma hegemonia em luta permanente com o velho que insiste em não morrer. Assim, contraditoriamente, embora, as lutas no âmbito do direito à seguridade sejam legítimas e necessárias frente ao aprofundamento das desigualdades sociais, mantém a reprodução dos trabalhadores fora das relações salariais e reforça a dependência material e a submissão político-ideológica em relação às condições de subsistência física, contribuindo para a reprodução de um modo de vida sustentado na exploração e na dominação de classes. Aspectos que tencionam a formação da identidade profissional como profissionais críticos, mas ainda arraigada a uma consciência do que é possível na sociedade capitalista e portanto, de uma maneira de ser “de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado”. (MÉSZÁROS,2002,p.1008).

Nesse movimento, sob a influência de processos de luta impulsionados pela necessidade histórica da emancipação das classes sociais, como missão histórica da classe trabalhadora, embora enfraquecida como força política e

social, na medida em que, segundo Oliveira (2003), foi erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual, ao mesmo tempo em que perde força a perspectiva emancipatória dos trabalhadores e toda a humanidade com a derrocada das experiências socialista no século XX, notadamente a da União Soviética no final dos anos 1980, criam-se nessas contradições, “condições para a formação da cultura crítica emancipatória na profissão, que se configura pelo assumir da dimensão política da profissão e com ela a politização dos assistentes sociais enquanto intelectuais profissionais e a consciência de classe como trabalhadores/as”(…) (ABREU, 2017). São lutas que requisitam o fortalecimento de uma pedagogia própria da classe trabalhadora - de resistência e emancipatória – necessária na formação política e ideológica dessa classe na formação de uma nova superior cultura.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho a discussão desenvolvida aponta a pertinência da premissa norteadora da pesquisa sobre a temática, ou seja, a tese da constituição histórica da identidade profissional nas mediações que determinam e peculiarizam o Serviço Social nas relações sociais como profissão e também área de conhecimento, expressas na relação orgânica entre as diferentes dimensões que o configuram como totalidade histórica, destacadamente, entre a dimensão interventiva e a dimensão da formação profissional, como dito, e a vinculação a estas, das dimensões da produção do conhecimento e a da organização política profissional, em que a mediação do mercado de trabalho é determinante. Assim, tem-se que a intervenção e a formação profissional como dimensões definidoras e a organização política dos profissionais como mediação fundamental na construção e reconstrução da cultura, da consciência e da identidade do Serviço Social.

A determinação do mercado de trabalho, como mediação fundamental, implica na totalidade da profissão, ao mesmo tempo em que é implicado pela inserção crítica e consciente dos assistentes sociais como força de trabalho. Deste modo, é possível entender com base em Gramsci (1999,p.94), que os assistentes sociais, enquanto intelectuais profissionais, com função de controle exercida através do mercado de trabalho participam “ativamente na produção

da história do mundo” e de si mesmos, e só assim podem construir a marca da própria personalidade, isto é, da própria identidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Tendências da cultura profissional no serviço social**: entre a cultura da assistência e do direito e a construção da cultura crítica emancipatória. São Luís, 2017.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O caráter Pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas populares. In. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista; SANTANA, Raimunda Nascimento Santana; et. al. **Tendências da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no maranhão**: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2010. Projeto de pesquisa, 2008.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação Profissional e diretrizes Curriculares. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 7, n.10, 2007.

AMMANN, Safira Bezerra. **Avaliação & Perspectivas**. Brasília, 1983.

BRASIL. Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993. Lei da regulamentação da profissão de assistente social. Brasília, 1993. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 7ª Região. **Coletânea de leis e resoluções**. 3.ed. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Norma Operacional Básica –NOB/SUAS**, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Da Ordem Social. Constituição Federal de 1988. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 7ª Região. **Coletânea de leis e resoluções**. 3.ed. Rio de Janeiro, 2001.

BERING, Elaine e BOSQUETTI, Ivanete. **Política Social. Fundamentos e Historia**. São Paulo, 2008.

BORON, Atílio. Las “Reformas del Estado” en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. **Temporalis**, Brasília, ano 4, n. 7, 2004.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS; ABEPSS, 2009.

CFESS. **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

GRESS/RJ (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro, GRESS, 2013.

CORNELY, Seno Antonio. História da Organização Político-Acadêmica do Serviço Social na América Latina. **Temporalis**, Brasília, n.7, 2004.

DINIZ, Neudilene Viana. **Um estudo sobre a cultura profissional em Serviço Social na área da Assistência Social a partir do SUAS/2005: particularidade na intervenção profissional no CRAS/Vila Bacanga em São Luís/MA**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

FALEIROS, Vicente. **Política Social e Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2000a, 2000b. v. 1,2,3.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez; CELATS, 1982.

LIMA, Leila. Una Parte de História del Trabajo Social: seis años en el CELATS. **Nuevos cuadernos**, Lima (Peru), n. 2, 1980.

LOPES, Josefa Batista. **Objeto e Especificidade do Serviço Social: pensamento latino-americano**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. 50 anos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina: da crítica ao Serviço Social tradicional à construção de uma alternativa crítica. **GSERMS**: São Luís, [S/d].

\_\_\_\_\_. LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, n. 12, 2009.

MARTINELLI Maria Lúcia. **Serviço social, identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, K. O 13 de junho de 1849: as Lutas de Classes na França de 1848 a 1850). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Editora beltrand, 1994. Livro 1.

MÉSZÁROS, Istiván; Kant, Hegel, Marx: A Necessidade Histórica e o Ponto de vista da Economia Política. In. \_\_\_\_\_. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relação entre a necessidade histórica e a consciência de classe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: UNICAMP; Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Das Ameaças à Crise. **Revista Inscrita**, Brasília: CFES, ano 7, n. 10, 2007.

PEREIRA Gisely Rodrigues. **A Reforma do Estado no Maranhão**: uma análise sobre os impactos no Serviço Social e na questão agrária (o caso da EMATER). Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Maranhão, São Luís, 2004.